



OS JOVENS PODEM PARTICIPAR? CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICAS JUVENIS

CAN YOUNG PEOPLE PARTICIPATE? CONSIDERATIONS ABOUT YOUTH POLITICAL PARTICIPATION AND TRAINING

 **Hélio Souza de Cristo**

Doutor em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Salvador, Bahia – Brasil
emanuelle.souza@cedu.ufal.br

 **José Wellington Marinho de Aragão**

Doutor em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Salvador, Bahia – Brasil
jwellingtonaragao@gmail.com

 **Hugo Saba**

Doutor em Difusão do Conhecimento
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Salvador, Bahia – Brasil
hugosaba@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivos conceituar participação e discutir analisando as relações entre juventudes, jovens e política, tendo como abordagem principal os diálogos existentes entre formação e participação políticas. O trabalho se caracteriza como revisão sistemática de literatura subsidiado por abordagem qualitativa, cujos referenciais teóricos se fundamentam nos estudos que dialogam sobre os temas juventude, jovens, formação política e participação política. Os resultados apontam para a polissemia do termo participação, o que coloca em evidência a complexa relação entre formação e participação políticas. Assim como, chamam atenção que as práticas de participação política juvenis variam conforme suas experiências, contextos, condições juvenis e as relações que constroem com as instâncias formativas sociais. Além disso, a revisão de literatura sinaliza, por um lado, a descrença dos jovens com o formato tradicional de fazer política no Brasil e, por outro lado, a esperança dos jovens em novas formas de participação política.

Palavras-chave: juventudes; jovens; participação política; formação política.

Abstract: This article aims to conceptualize participation and discuss by analyzing the relationships between youth, youth and politics, having as main approach the existing dialogues between political formation and participation. The work is characterized as a systematic literature review supported by a qualitative approach, whose theoretical references are based on studies that discuss youth, youth, political formation and political participation. The results point to the polysemy of the term participation, which highlights the complex relationship between political training and participation. Likewise, attention is drawn to the fact that youth political participation practices vary according to their experiences, contexts, youth conditions and the relationships they build with social training instances. In addition, the literature review signals, on the one hand, the disbelief of young people with the traditional format of doing politics in Brazil and, on the other hand, the hope of young people in new forms of political participation.

Keywords: youth; young; political participation; political formation.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

CRISTO, Hélio Souza; ARAGÃO, José Wellington Marinho; SABA, Hugo. Os jovens podem participar? considerações acerca da participação e formação políticas juvenis. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 46-58, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v21n2.22908>.

1 Introdução

Os estudos das relações entre juventudes, jovens, participação e política não são, necessariamente, uma novidade. No entanto, de acordo com Tomizaki e Daniliauskas (2018), a produção acadêmica brasileira sobre jovens, política e suas instâncias formativas, ainda, se constitui insipiente e tímida nos mais diversos campos do conhecimento.

Os desafios emergentes da relação entre juventude e política no século XXI tornam-se intensos perante as novas configurações dos espaços públicos, as novas bandeiras de luta, a reconfiguração das identidades juvenis e os processos de participação política juvenil, especialmente com a intensificação das redes sociais digitais como instrumentos de informação e comunicação, que solicitam uma análise sobre a formação política juvenil para além das experiências e modos como os jovens se relacionam com a política (CASTELLS, 2003, 2015, 2017, 2018).

Nesse sentido, por meio da pesquisa de revisão sistemática de literatura, este trabalho tem como objetivos conceituar participação e discutir analisando as relações entre juventudes, jovens e política, tendo como abordagem principal os diálogos existentes entre formação política e participação política perante os desafios emergentes e as reconfigurações dos espaços públicos, atualmente.

A partir dessa perspectiva, este artigo se constitui como de abordagem qualitativa subsidiada por revisão bibliográfica (DIEHL; TATIM, 2004, CRESWELL, 2010; FLICK, 2013; MINAYO, 2013; MINAYO; COSTA, 2018) sobre o desenvolvimento teórico e os fundamentos que alicerçam o conceito de participação política e formação política, cujas bases teóricas se fundamentam nos estudos e pesquisas que interseccionam as relações entre juventudes, participação política e formação política.

Dessa maneira, levando em consideração os objetivos que o sustentam, o presente artigo está organizado do seguinte modo: inicia-se por uma Introdução, onde é apresentada a problemática, a relevância do estudo em tela e os objetivos propostos.

A seguir, na seção “*Formação política como disposição à participação política juvenil*”, discute-se o campo de relações existentes entre juventudes, jovens e política, abordando – sobretudo – os diálogos que interceptam os processos de formação política e participação política juvenis na atualidade.

Por fim e embora não esgotem as reflexões tecidas nestas páginas, são apresentadas as “*Considerações finais*”, as quais fazem uma síntese avaliativa sobre as principais discussões abordadas neste texto.

2 Formação política como disposição à participação política juvenil

Boa parte da literatura dedicada às reflexões sobre como os sujeitos concebem o universo da política e constroem seus posicionamentos, visões e percepções chama atenção para o importante papel que, em especial, as famílias exercem na formação política dos jovens, ainda que tal influência tenha passado por reconfigurações, sobretudo com as potencialidades advindas da educação midiática (DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010; SALES; MATOS; LEAL, 2010; DAYRELL; MOREIRA; STENGEL, 2011; OLIVEIRA; LACERDA; NOVAES, 2021).

Esse papel ocorre por meio de processos de socialização política que subsidiam as opiniões e os comportamentos juvenis, ainda que os jovens tenham acesso a outros espaços de transmissão de valores e posições políticas, e a partir deles fixem ou construam novos repertórios sobre o mundo da política (DAYRELL, 2007a, 2007b; DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010).

Comumente, ouve-se que juventudes e política não se misturam, que os jovens não se interessam ou não gostam de política, que política é assunto do mundo adulto, dentre outras expressões que têm o objetivo de atribuir sentido de verdade à ideia de despolitização juvenil, como se juventudes e política fossem assuntos díspares e inconciliáveis (ALMEIDA, 2008; GOHN, 2013).

Gohn (2014a, 2014b, 2019a), assim como Barros e Martins (2017), salienta que, embora as sociedades venham enfrentando momentos de desesperança em relação à política institucionalizada, é preciso não perder de vista que boa parte das conquistas políticas e sociais brasileiras é fruto do engajamento e participação ativa das juventudes.

A década de 1960, por exemplo, ficou conhecida como a “década juvenil” por se tratar de um período de forte representatividade e participação dos jovens na luta pela liberdade de expressão, na crítica à ordem social vigente e no investimento de ações políticas para a efetividade da democracia (ABRAMO, 2014; SPOSITO, 2014).

A nível de ilustração, Gohn (2014b) reforça que, na década de 1960, os jovens no campo político:

criaram identidades político-culturais, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher etc. Eles queriam ser ouvidos. Não queriam ser mais conduzidos pelo passado, pela tradição, pelos velhos, pelos “tempos mortos”. Dentre as formas de comunicação na época, destacaram-se o uso dos muros de Paris, as frases e cartazes emblemáticos do movimento e o uso da televisão com o meio de divulgação de fatos sociais importantes (GOHN, 2014b, p. 13).

A autora intensifica o alerta que a ampliação do termo “política” requer a sua compreensão como arena de lutas, conflitos, participação, tácito envolvimento social, jogo de interesses, tomada de decisões, escolhas e atuação. E, como tal, a política se constitui como um amplo campo de socialização e formação juvenil.

A visão minimizada de política como sinônimo partidário e institucionalizado se configura em um dos fatores que contribuem para que a desesperança, desencanto e falta de otimismo pertinentes à política tenham ganhado certa relevância na atualidade. Isso se dá, inclusive, à medida que há um desvirtuamento sobre a noção de política e, ao mesmo tempo, as práticas contrárias aos princípios democráticos acabam assumindo posição de maior referência e peso de representação política, especialmente entre os jovens, como aponta o relatório final da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em 2005.

Na obra *“Como as democracias morrem”*, Levitsky e Ziblatt (2018) salientam que um dos maiores obstáculos para transpor a visão errônea sobre política no século XXI e que tem favorecido a morte da democracia em muitas sociedades, como a brasileira, é a polarização extrema da política institucionalizada-partidária que – por vezes – não pratica a política como espaço de diálogo, interação, acolhimento a diferentes percepções e a busca efetiva pela construção de sociedades mais justas, igualitárias e equânimes.

Dito dessa maneira, o fato é que a juventude se constitui no período em que as práticas, vivências e valores aprendidos e apreendidos no seio da família, como primeira instância de socialização e formação política, passam a ser colocados em xeque frente às novas experiências microsociais e macrosociais (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Entre as relações microsociais e macrosociais, juventude é o período em que a plena socialização proveniente da tutela familiar (não menos importante) começa a ser, gradativamente, relativizada, tendo em vista as novas descobertas e espaços de integração juvenis, como a escola, a universidade, os grupos de amigos, as tecnologias digitais da informação e comunicação, o mundo do trabalho e as relações matrimoniais, cuja integração reverbera em novos espaços de aprendizagem e, conseqüentemente, de formação política.

No entanto, a complexidade da relação entre juventude e política perpassa pelo entendimento que:

em um primeiro momento, é preciso considerar que, de acordo com diversos autores, o “olhar adulto” sobre as relações entre juventude e política (na academia, nas organizações políticas ou no senso comum), em geral, é marcado por críticas de diferentes matizes e por um difuso sentimento de desconfiança. Essa percepção é tributária da ideia de que o engajamento juvenil constitui um comportamento ainda em formação, um dever, que precisa ser amadurecido (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 218).

A fala dos autores reforça que, dentro da atmosfera política, as experiências, vivências e envolvimento juvenis – em seus mais diversos processos de participação política – devem ser encarados para além dos limites político-partidários ou da política tradicional institucionalizada.

Nessa perspectiva, Castro (2009) enfatiza que o processo de formação e participação política juvenis não deve ser visto como uma condição, eminentemente, de preparação para a vida adulta ou um exercício que somente é capaz de realizá-lo após os jovens atingirem a maioridade.

Pensar a relação entre juventude e política como mera preparação para vida adulta significa, dentre outras tantas consequências, intensificar a invisibilidade juvenil no que tange aos estudos e pesquisas brasileiras sobre juventude e política, tendo em vista que:

as pesquisas sobre juventude no Brasil ainda são pouco frequentes no que diz respeito à interface dos jovens com a política, seja em relação à transmissão de valores políticos, seja em relação aos engajamentos de jovens nas mais variadas modalidades de militância (BRENNER, 2014, p. 32).

É importante levar em consideração que os estudos desenvolvidos no século XX pertinentes à condição juvenil apresentam, não de forma absoluta, duas percepções muito características sobre os olhares que recaíam sobre os jovens: os jovens como sinônimo de mudanças e os jovens como possibilidades de perigo e ameaça.

No caso do Brasil, os anos 1960 são considerados o período de maior propulsão da imagem dos jovens articulada ao cenário político, num contexto no qual os estudantes – notadamente – assumem a condição de combatentes políticos frente à Ditadura Militar (SPOSITO, 2000; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; MORTADA, 2009; GOHN, 2014b; GOHN, 2014c; TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Ao que parece, os diferentes olhares sobre a condição juvenil perante a política são marcados por múltiplas percepções que sempre situam os jovens no limiar entre aqueles que, por um lado, são questionadores, crítico-reflexivos, interrogadores e sujeitos potenciais à transformação social. E, por outro lado, são individualistas, desinteressados, sem senso crítico, apáticos e alienados, cuja visão pessimista teve seu apogeu a partir dos anos 1980.

Entretanto, o debate e pesquisa a que se propõe este texto partem do princípio de que, maior que os sinais de desinteresse, apatia e desesperança demonstrados por uma parcela da juventude brasileira atualmente quando o assunto é política, é a desilusão, a descrença e a falta de credibilidade dos jovens na política institucionalizada e tradicional, principalmente nas sociedades ditas democráticas (BRASIL, 2005).

Nessas sociedades, estudos – como aqueles desenvolvidos por Tomizaki e Daniliauskas (2018) – apontam que há uma grande perda de confiança por parte das juventudes no sentido das eleições, assim como nos partidos políticos, representantes políticos, sindicatos e movimentos sociais. Além disso, embora os anseios por mudanças e transformações sociais, poucas são as crenças que essas mudanças e transformações possam de fato ocorrer pela via da política tradicional.

Essa estrutura de representação política vem sendo apontada por jovens de diferentes países como incapaz de assimilar e responder às demandas concretas apresentadas pela sociedade, o que desestimularia o engajamento nas organizações políticas ditas “tradicionais” (partidos, sindicatos, movimento estudantil). Ademais, algumas pesquisas indicam que não seria a falta de informação que conduziria ao afastamento dos jovens das questões políticas, e sim o conhecimento e a rejeição consciente de determinadas práticas típicas da política institucional [...] (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 219).

Quanto a este aspecto, parece que os jovens que estão engajados na “política do cotidiano”, ou seja, que estão diretamente envolvidos em grupos, organizações e movimentos sociais, oxigenam suas bandeiras de lutas, inventam e criam formas de participação política (BRASIL, 2005; CRISTO; BARZANO, 2019).

Importante sublinhar que, geralmente, as limitações que forjam a visão sobre o processo de formação e participação políticas juvenis estão alicerçadas no pensamento que os jovens precisam apresentar evidências de suas capacidades para administrar suas vidas, como se em toda sua vida progressa à juventude eles não fossem sujeitos políticos em suas práticas cotidianas.

Esse tipo de pensamento, por sua vez, coloca em evidência os dois paralelos que ainda são muito fortes na sociedade: entre os otimistas, percebe-se o enaltecimento e a crença no vigor da participação política juvenil. No entanto, entre os pessimistas, há ausência de reconhecimento de suas vozes e percepção da potencialidade da participação ativa dos jovens no campo político.

Em linhas gerais,

nos ombros dos jovens é colocada a responsabilidade de encontrar solução não somente para seus problemas, como também de toda a “comunidade” local, exaltando as qualidades e as possibilidades e ação do voluntariado juvenil [...] e os jovens se transformam assim de “problema” em “solução” (TOMMASI, 2007, p. 14).

Tal polarização serve como um alerta à defesa que a participação política juvenil não se dá num plano inato, natural e imediato. Ela é fruto de processos concorrentes de formação política que dialogam e interagem entre si antes, durante e após as juventudes, a partir das múltiplas relações que os sujeitos estabelecem com o meio familiar, escolar, grupos de amigos, associações, grêmios estudantis, lideranças escolares, movimentos sociais e acesso a redes sociais digitais.

Esses espaços, por sua vez, vão – de certo modo – “formatar”, despertar e provocar a descoberta dos desejos, inclinações e interesses dos jovens para se envolverem em ações políticas ou manifestarem maior ou menor interesse pelas discussões e questões de cunho político, seja pela perspectiva da política tradicional institucionalizada, seja pela “política do cotidiano”.

Sob esse ângulo, sublinha-se a importância de refletir sobre o sentido e significado do espaço público em seu inter-relacionamento com as noções de formação política juvenil, tendo em vista a plasticidade e multirreferencialidade do termo juventude que, polissemicamente, revela que

os jovens produzem seus percursos, repertórios e projetos de vida dentro de uma diversidade de referências sociais.

O espaço público é constituído por interfaces simbólicas, políticas e materiais, que em conjunto configuram o campo de possibilidades de interações juvenis. Desse modo, “a questão principal da condição moderna é a de saber como o indivíduo pode se situar no mundo e com quais suportes pode contar, ou ainda é capaz de articular em seu ambiente, para se sustentar no mundo” (CARRANO; FÁVERO, 2014, p. 14).

O posicionamento de Carrano e Fávero (2014) é retomado sob o olhar de análise das implicações e efeitos dos espaços públicos nos diferentes modos como se dão as relações dos jovens com a política, entendendo que o desafio maior é compreender os processos de formação política juvenil à luz do conjunto de instâncias políticas que concorrem e colaboram entre si ao interesse dos jovens por assuntos de natureza política e à participação política.

Neste íterim, Castro e Abramovay (2009, p. 39) afirmam que:

é diagnosticado em diversas pesquisas sobre juventude no Brasil, que o interesse e a participação dos jovens na vida pública não se esvaziou [...] ainda que os contextos sociais e econômicos estejam cada vez mais cedo encurralando jovens para o precário mercado de trabalho, tomando o tempo livre para agrupamentos; ainda que a mídia comercial tenda a manipular as muitas formas de resistência num disfarçado teatro de felicidade obtida simplesmente pelo consumo de apetrechos, os jovens vêm se mostrando bastante adaptáveis e adaptadores dessas condições. Ou seja, novas são as motivações objetivas que inibem o processo de participação juvenil, porém, muitas são as adaptações e mutações, engendradas pelos jovens, que favorecem os processos de participação.

Há mais de uma década, e a fala de Castro e Abramovay (2009) permitem, no tempo presente, perceber que as precariedades e os obstáculos existentes à participação política juvenil estão articulados com um perfil de juventude ou com as especificidades da juventude que está se falando. Ou seja, o universo de precariedades e obstáculos enfrentados pelas juventudes das classes populares é, exponencialmente, maior que aquele das classes mais favorecidas.

Os obstáculos para as classes populares tornam-se, ainda, mais intensos pela visão, culturalmente construída, que o período da juventude é o momento em que os sujeitos estão no Ensino Médio, como no caso do Brasil. Isto é, há – na maioria das vezes – uma percepção que coincide juventude com vida escolar. E, nessa perspectiva, concluído o Ensino Médio, cessa-se a juventude, sobretudo porque nos ombros dos jovens das classes populares recai maior cobrança em relação à sua inserção definitiva no mercado de trabalho, inclusive para auxiliar (quando não mantêm de forma integral) o sustento da família (PIMENTA, 2017; OLIVEIRA; LACERDA; NOVAES, 2021).

Contrariamente à visão propedêutica do “vir-a-ser”, é preciso considerar que os jovens trazem, em seus comportamentos e percepções sobre o assunto política, os valores aprendidos e

apreendidos como marcas identitárias dos seus processos de formação política. A originalidade e o ineditismo do contato dos jovens com os espaços públicos solicitam e convocam os jovens a escolherem, tomarem decisões e assumirem posturas, posicionamentos, pontos de vista críticos e maneira de interpretar e lidar com a indissociabilidade do tempo passado, os valores aprendidos no presente e os objetivos em relação ao futuro (WEISHEIMER, 2013; GROPPPO, 2017; PIMENTA, 2017).

Destarte, Almeida (2008) diz o seguinte:

é de suma importância a participação dos jovens na vida pública de sua cidade, do seu país. Afinal, como membro de uma sociedade, ele tem responsabilidade sobre os rumos que ela vai tomar. Porém isso não é responsabilidade apenas dos jovens, mas de todos. Por vezes, pretende-se lançar nos ombros da juventude toda a responsabilidade pela mudança social. E há também uma crença de que, por se tratar de jovem, a ação política que dele vem será sempre boa. Há jovens políticos no Congresso que defendem as mesmas posições conservadoras de seus pais, de seus avós... Ao tratar do tema da participação, não podemos ignorar o seu conteúdo ideológico. Ou seja, não basta que o jovem participe apenas, mas como se dará esta participação e qual formação tem este jovem são questões fundamentais. O jovem não é naturalmente revolucionário. Dependendo do processo formativo que teve, pode ou não ter uma atitude revolucionária.

Em concordância com o entendimento de Almeida (2008), assim como de Maheirie *et al.* (2013) e Martins e Dayrell (2013), a perspectiva de formação política juvenil com a qual este texto comunga parte do pressuposto que política está, diretamente, associada à vida pública e coletiva dos jovens e à sua internalização de valores, normas, atitudes e crenças.

Isso, por sua vez, implica dizer que a participação política juvenil não deve ser vista apenas pela ótica da “coisa boa”. Há muitos jovens engajados, militantes e extremamente participativos no seio de grupos e movimentos conservadores, que defendem ideais antidemocráticos, antidialógicos e, inclusive, inconstitucionais, a exemplo de uma parcela da juventude brasileira que vai às ruas e às redes sociais defender os posicionamentos ideológicos bolsonaristas (GOHN, 2017; MAIA; GOMES; MARQUES, 2017; GALLEGO, 2018; HORBACH, 2019).

Pinheiro-Machado e Scalco (2018, p. 53) afirmam que:

em 2017, uma pesquisa do DataFolha apontou 60% dos eleitores do então pré-candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), tinham entre 16 a 34 anos. Isso soou como uma surpresa na esfera pública, que é, em grande medida, movimentada pela polarização ideológica que se acirrou no Brasil após 2013. Na lógica dualista presente nas redes sociais, cada integrante de um polo pensa dentro um pacote de valores políticos e morais que é oposto ao seu antagônico.

Logicamente, se há uma multiplicidade de maneiras de ser jovem e experienciar a juventude, entende-se que existam também compreensões e vivências diversas quando o assunto é política. Essa percepção é fundamental ao entendimento que os diferentes processos de formação política

suscitarão uma diversidade de formas de participação política, haja vista que os jovens estão imersos em grupos diferentes que incidem, diretamente, em suas leituras, tramas, identificações, repertórios e aproximações políticas.

Nesse sentido, a relação existente entre formação política, juventudes e participação política perpassa pela investigação acerca das compreensões que os jovens possuem sobre política, assim como dos valores, ideologias e fundamentos que direcionam suas práticas. Da posição de descrédito à condição de sujeitos potenciais à transformação social, os diálogos entre política e juventudes estão entrelaçados com os conteúdos e as práticas políticas a nível do senso crítico dos jovens sobre como se percebem nos processos de tomada de decisões e escolhas. E, ao mesmo tempo, como se veem enquanto sujeitos que concebem a política como campo ligado aos seus projetos de vida e, portanto, que exerce forte influência sobre seus futuros.

Na tentativa de fazer um diálogo entre a discussão suscitada por Carrano e Brenner em 2008 e aquela abordada por Barros e Martins em 2017, não é difícil perceber que a complexidade das relações entre política e juventudes revela que os processos de formação política podem contribuir para que os jovens enveredem pelo caminho da política institucionalizada ou da militância como participação voluntária em grupos, organizações e movimentos.

Logo, percebe-se que a ideia de formação política está articulada ao conjunto de ações das instâncias formativas que dão os fundamentos preliminares à participação e intervenção dos jovens na vida política, que poderá fomentar a formação de sujeitos politicamente autônomos, comprometidos, responsáveis, críticos e emancipados.

3 Considerações finais

A valorização e a importante atenção dada à formação política juvenil perpassam pelo entendimento que, ao refletir sobre política e juventudes, é colocada em evidência a confiança na capacidade dos jovens de participarem e intervirem em seus contextos sociais e históricos; compreendendo-os e reconhecendo-os enquanto sujeitos portadores de vozes e de direitos, atravessados por ideologias, informações, projetos políticos e projetos de sociedades.

Pressupõe-se que, por meio de uma formação política comprometida e responsável com os princípios da democracia e cidadania, os jovens terão maiores condições de construir seus repertórios de vida política baseados no conhecimento, reflexão e posicionamentos interligados às demandas sociais.

A maneira como os jovens compreendem e lidam com a participação política tem relação, também, com as instâncias formativas que eles tiveram e têm acesso, uma vez que essas instâncias são campos potenciais à existência de jovens reflexivos e críticos que possam interagir e intervir no

campo político ou vice-versa.

Os debates relacionados a política e juventudes parecem estar sempre situados na atmosfera de rompimento da omissão, pessimismo, apatia e passividade que, historicamente, foram atribuídos como lugares sociais destinados aos jovens. Para Abramo (2014) e Foracchi (2018), o desejo por esse rompimento é proveniente de uma série de lutas para que as juventudes deixassem de ser consideradas como problema e passassem a ser concebidas como sujeitos de direitos e atores sociais.

Assim, neste texto, formação política juvenil é compreendida como o conjunto de estratégias e práticas que, para além de processos de transmissão de condutas, valores e crenças, constituem o leque de possibilidades viáveis à maior inserção dos jovens na vida pública, à construção de suas identidades e ao pertencimento social como sujeitos culturais, políticos e históricos.

Há que se considerar que independente do espaço de atuação política, a efetiva participação política – por sua própria natureza – se constitui numa âncora que viabiliza aos jovens a aquisição de informações, a construção de novos saberes e produção de conhecimentos sobre aspectos pertinentes à cidadania, direitos humanos, ética, respeito à diversidade, justiça social e princípios democráticos (PAIVA, 2013).

Por esse ponto de vista, ratifica-se que ninguém nasce participativo politicamente, torna-se participativo conforme a dimensão do tempo social de cada sujeito e a intensidade de inserção e interação dos sujeitos com a vida pública.

Dito isto, reitera-se que a participação política não se dá no vazio histórico e cultural, haja vista que é um processo constituído por uma grande rede de significados e sentidos que possibilitam aos jovens – por meio de processos de socialização e sociabilidades – conhecerem e imprimirem outros olhares acerca do mundo social. Olhares que poderão implicar em relações estruturais de permanências ou transformações sociais.

Referências

- ABRAMO, H. W. *Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Brasília: SNJ, 2014.
- ALMEIDA, R. S. de. *Participação política, quando o jovem entra em cena*. 2008. Disponível em: <http://www.conteudoseducar.com.br/conteudos/arquivos/3951.pdf> Acesso em: 02 set. 2016.
- BARROS, A. T. de; MARTINS, L. M. *Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos*. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, n. 46, p. 392-426, set./dez. 2017.
- BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. de S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. In: *Saúde e Sociedade*, 18(3), p. 411-423, 2009.

BRASIL. Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório final. 2005.

BRENNER, A. K. Jovens e militância política. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.

CARRANO, P.; BRENNER, A. K. Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública. In: *Revista Proposta – Fase*. Juventude: a arte de poder, jan./mar. 2008, ano 32, n. 115, p. 66-71, jan./mar. 2008.

CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 9-16.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. *O poder da comunicação*. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 9. ed. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 2. ed. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISTO, H. S. de; BARZANO, M. A. L. Socialização política e meio ambiente: considerações acerca do engajamento militante de jovens ambientalistas do Estado da Bahia. In: *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1251-1269, set./dez., 2019.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L.; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? In: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, Editora UFPR, set./dez. 2010.

DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, out., p. 1105-1128, 2007a.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, Anped, p. 155-176, 2007b.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FLICK, U. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

GALLEGO, E. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: GALLEGU, E. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOHN, M. da G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

GOHN, M. da G. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, M. da G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

GOHN, M. da G. *Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania*. In: Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 2, p. 205-21, jul./dez., 2013.

GOHN, M. da G. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019a.

GOHN, M. da G. *Sociologia dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014c.

GROPPO, L. A. *Introdução à sociologia da juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HORBACH, L. O. *Fake news: liberdade de expressão, internet e democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

LEVITSKY, S.; ZIBLATI, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAHEIRIE, K.; GROFF, A. R.; BUENO, G.; MATTOS, L. K. de; SILVA, D. O. B. da; MÜLLER, F. L. *Concepções de juventude e política: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011)*. In: Estudos de Psicologia, 18(2), p. 335-342, 2013.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MARTINS, F. A. S.; DAYRELL, J. T. *Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo*. Educação e Realidade, 38(4), p. 1267-1282, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. In: *Revista Lusófona de Educação*, v. 40, n. 40, 139- 153, 2018. Disponível: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439> Acesso em: 25 mar. 2020.

MORTADA, S. P. De jovem a estudante: apontamentos críticos. In: *Psicologia & Sociedade*, 21(3), p. 373-382, 2009.

OLIVEIRA, V. H. N.; LACERDA, M. P. C. DE; NOVAES, R. C. R. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. In: *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e71209, p. 1-19, 2021.

PAIVA, A. R. (Org.). *Juventude, cultura cívica e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PIMENTA, M. de M. *Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSITO, M. P. (Org.). Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FÁ

VERO, O. (Orgs.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.

SPOSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, p. 73-94, São Paulo, Anped, 2000.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. In: *Pro-Prosições*. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0126>, V. 29, n. 1 (86), p. 214-238, jan./abr. 2018.

TOMMASI, L. de. Jovens brasileiros, espaços e tempos de participação política. In: *Debate – juventudes em rede: jovens produzindo educação, trabalho e cultura*, p. 12-19, 2007.

WEISHEIMER, N. et al. *Sociologia da juventude*. Curitiba: Intersaberes, 2013.